

The image features a dark green silhouette of the map of Brazil centered on a background of horizontal stripes in various shades of green. A thin yellow line is visible at the top, and a thin blue line is visible at the bottom. The text is overlaid on the map silhouette.

Agenda de Princípios para o Brasil

Ação Empresarial

elo crescimento

Pelo crescimento econômico



e desenvolvimento social

A Ação Empresarial tem por objetivo identificar e defender de forma coordenada os interesses comuns do empresariado, complementando o trabalho que empresas desenvolvem através de suas entidades de classe. Foi criada em 1993. Participam da Ação Empresarial 7 confederações nacionais, 7 federações e outras 42 entidades de classe.

Crescimento econômico e desenvolvimento social

O Brasil deve assegurar taxas consistentes de crescimento, à altura de seu potencial, capazes de reduzir a desigualdade de oportunidade e a má distribuição de renda.

Bases da sociedade moderna

Democracia, justiça social e desenvolvimento são pilares de uma sociedade moderna. O desenvolvimento deve eleger como fim a satisfação das necessidades mínimas dos cidadãos, com ampliação das liberdades políticas, sociais e econômicas.

Construção do futuro

O futuro se constrói com ações pró-ativas da sociedade civil, sem complacência com estruturas ineficazes e/ou inadequadas. O País tem de consensar uma agenda mínima e viabilizar a implementação das medidas requeridas para enfrentar os seus problemas, independentemente de sigla partidária e duração de mandatos.

Sumário

1. Apresentação.....	02
2. Princípios e Políticas.....	03
3. Prioridades Nacionais.....	06
3.1. Crescimento Econômico e Desenvolvimento Social	07
3.2. Estado de Direito e Segurança.....	08
3.3. Educação e Saúde.....	09
3.4. Infraestrutura	10
3.5. Governança Pública.....	12
3.6. Reforma Fiscal e da Previdência.....	14

1. Apresentação

Esta Agenda de Princípios reúne um conjunto de valores, crenças e políticas visando a conquista do apoio de todos os setores da sociedade, para possibilitar o indispensável aperfeiçoamento das instituições nacionais, consolidar o estado de direito e acelerar o desenvolvimento do País, condições básicas para geração de empregos e correção de desequilíbrios sociais.

Isto significa que devemos todos assumir responsabilidades. Os avanços, no entanto, requerem consenso mínimo em torno de uma Agenda que promova convergência de esforços.

Precisamos de um conjunto de reformas para que o Brasil cresça com maior rapidez, qualidade e justiça social. Reformas não apenas econômicas. Instituições políticas precisam ser aperfeiçoadas para o fortalecimento da democracia, do estado de direito e combate à corrupção.

Esta Agenda é um compromisso com a geração atual e as próximas gerações. Convidamos todos os cidadãos a apoiá-la como forma de corresponsabilidade com o futuro do País.

Os que já aderiram a esta Agenda de Princípios contam com o seu apoio, participação e contribuições de ideias.

Jorge Gerdau Johannpeter
Coordenador Geral da AE

2. Princípios e Políticas

■ A Base da Construção

O estado de direito, instituições de qualidade e uma sociedade cada vez mais participativa são elementos fundamentais para construir a grande nação democrática, próspera e equitativa que desejamos.

■ Democracia

A democracia é um regime político de valor universal que tem raízes firmes no Brasil. Democracia não é apenas um ritual eleitoral, mas a concretização das liberdades civis, políticas e econômicas. O regime democrático se revigora quando conta com uma sociedade participativa que assume deveres e defende direitos individuais e coletivos.

■ Segurança

A falta de segurança ameaça o estado de direito. Cidadãos e famílias têm a sua liberdade de ir e vir restringidas. Vidas se perdem. O País incorre em custos e incertezas que reduzem sua competitividade e desestimulam a ação empreendedora.

■ Educação e Igualdade de Oportunidades

A educação é a base da cidadania e do desenvolvimento. O principal desafio reside em elevar a qualidade da educação.

■ Credibilidade das Instituições

Os cidadãos e as empresas dependem da qualidade das instituições. O Judiciário, o Congresso e o Executivo são fundamentais. Incertezas, ineficiência e corrupção minam a credibilidade. É hora de se desenvolver uma agenda de reformas que enfrente essas disfunções.

■ Estabilidade Macroeconômica

O Brasil aprendeu a valorizar a estabilidade de preços e não há espaço para retrocessos. É necessário preservar o equilíbrio das finanças públicas, incentivar o crescimento da poupança interna e promover investimentos.

2. Princípios e Políticas (cont.)

■ **Crescimento Econômico / Emprego**

O Brasil cresce pouco economicamente, de modo desigual e injusto, o que reduz a capacidade de resolver os seus problemas. O objetivo das reformas deve ser o de criar condições para o Brasil crescer com maior rapidez e qualidade. Devemos assegurar um alto crescimento econômico com empregos de qualidade e desenvolvimento social e regional.

■ **Economia de Mercado**

O mercado é o melhor canal para que a sociedade expresse suas necessidades de bens e serviços. O lucro é elemento básico de indução e preservação da livre iniciativa.

■ **Estrutura do Estado**

A estrutura do Estado brasileiro inibe o crescimento, na medida em que não prioriza a poupança, gasta mal e reduz a produtividade global da economia. Uma profunda renovação administrativa, que valorize a qualidade e a eficácia dos serviços públicos torna-se imperativa.

■ **Direito de Propriedade**

O direito de propriedade e o respeito aos contratos são condições indispensáveis ao crescimento econômico.

■ **Meio Ambiente**

O desenvolvimento sustentável deve ser um compromisso da sociedade brasileira. Para conciliar o crescimento econômico com a conservação do meio ambiente o Brasil necessita de um marco regulatório moderno e seguro, instituições de meio ambiente qualificadas e ampla disseminação de práticas de gestão ambiental nas empresas.

■ **Inovação Tecnológica**

A competitividade da economia brasileira depende, cada vez mais, do conhecimento e da inovação tecnológica. É preciso apoiar e incentivar o desenvolvimento de inovações, ampliar a base científica e qualificar os recursos humanos.

2. Princípios e Políticas (cont.)

■ Inserção Internacional

A maior integração da economia brasileira no mercado internacional constitui instrumento para manutenção de estrutura produtiva eficiente e competitiva, tanto pelo estímulo ao aprimoramento da qualidade, como pelos ganhos de escala.

■ Marcos Regulatórios e Agências Reguladoras

Marcos regulatórios bem definidos e agências reguladoras independentes são instrumentos essenciais para fomentar investimentos e assegurar direitos aos investidores e à sociedade.

■ O Brasil tem Pressa

Inércia e postergações de reformas têm custos. Frustram nossas expectativas, reduzem a geração de empregos e acarretam o uso ineficiente dos recursos físicos e humanos do País.

■ Atitude

Os problemas do Brasil se resolvem no Brasil. Devemos enfrentá-los com método, persistência e determinação, com a indispensável participação da sociedade civil. É uma questão de atitude.

3. Prioridades Nacionais

Os signatários desta Agenda de Princípios entendem que seis objetivos são prioritários para que se acelere o desenvolvimento econômico e social do nosso País:

1. CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Alcançar um crescimento econômico acelerado, sustentável, com maior geração de empregos e com políticas distributivas.

2. ESTADO DE DIREITO E SEGURANÇA PÚBLICA

Consolidar um Estado de Direito que garanta liberdade, direitos humanos e sociais e segurança física e jurídica.

3. EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

Promover mudanças profundas nos sistemas de educação e saúde visando melhor qualidade, maior abrangência e humanização dos serviços.

4. INFRAESTRUTURA

Ampliar investimentos em infraestrutura por ser condição básica para a aceleração do crescimento econômico.

5. GOVERNANÇA PÚBLICA

Promover Reformas Política e Administrativa para aumentar a governabilidade, reduzir custos e melhorar a qualidade da Administração Pública tornando-a mais eficaz e transparente.

6. REFORMA FISCAL E DA PREVIDÊNCIA

Buscar o indispensável equilíbrio fiscal nas contas públicas através da adequação do tamanho do Estado, redução dos gastos e tributos e da reforma da previdência, para torná-la autossustentada.

3.1. Crescimento Econômico e Desenvolvimento Social

■ A Necessidade do Crescimento

O retorno ao crescimento forte e continuado é objetivo prioritário do País. O Brasil tem crescido sistematicamente menos que a economia mundial e menos ainda que a média dos Brics e outros emergentes.

■ As Bases do Crescimento

Readequar o tamanho do Estado, com redução da carga tributária e melhoria dos gastos públicos, remove algumas das principais razões do baixo crescimento. A alta carga tributária sufoca o crescimento, sem proporcionar serviços em quantidade e qualidade suficientes.

■ Poupança e Investimentos Públicos

Revigorar a poupança pública muda o cenário dos últimos 15 anos, em que o Brasil conviveu com uma taxa de investimentos reduzida e baixo crescimento. A queda na taxa de investimentos se deve à inexistência de poupança pública, resultado do aumento constante das despesas correntes, o que conduziu à elevação continuada da carga tributária. Sem capacidade de poupança, os investimentos públicos minguaram, em especial em infraestrutura econômica e social, com consequências negativas para a produtividade, crescimento econômico e bem-estar social.

■ Renda e Ataque à Pobreza

Manter o atual ritmo de crescimento significa que o Brasil levará cem anos para dobrar a sua renda *per capita*. Os problemas sociais se agravarão e as empresas terão dificuldades para acompanhar o ritmo de um mundo globalizado. Eliminar a pobreza só será possível com a geração de empregos. Isto exige aceleração do crescimento econômico e ações melhor orientadas aos grupos mais desprotegidos.

3.2. Estado de Direito e Segurança Pública

■ Estado de Direito

Resguardar o estado de direito em sua plenitude é dever indeclinável do Estado. O respeito à lei é condição indispensável à paz pública e à preservação dos direitos individuais do cidadão e do direito à propriedade. O Estado não pode ser leniente com a violação desses direitos.

■ Paz Pública

Garantir a segurança pública é o dever primeiro do Estado e também sua principal razão de ser. É ela que protege a vida de cada um, sua integridade física, liberdade de ir e vir e usufruto das liberdades. Cidadãos sem segurança indicam a existência de um Estado fragilizado, incapaz de assumir suas responsabilidades.

■ Segurança Jurídica e Contratos

Respeitar integralmente os contratos efetuados dentro da legalidade é expressão de segurança jurídica, essência da economia de mercado. Rupturas prejudicam o ambiente econômico, inibem o investimento, desestimulam a produção e trazem sérios prejuízos para o País. O respeito aos contratos pressupõe justiça ágil e eficaz, que garanta os direitos das partes.

■ Difusão da Propriedade: Regularização Fundiária e Titularidade de Terras

Regularizar a titularidade de terras urbanas e rurais, dentro dos princípios legais, reforça a cidadania e promove o crescimento. Com títulos de propriedade definidos, os cidadãos pagam impostos, adquirem a liberdade de negociar os seus bens, têm acesso ao crédito e ao melhor exercício dos seus direitos.

3.3 Educação e Saúde Pública

■ Igualdade de Oportunidades

Propiciar aos cidadãos níveis de educação compatíveis com as exigências do mundo moderno e prepará-los para o mercado de trabalho são condições indispensáveis ao desenvolvimento do País.

■ Educação de Qualidade

A educação é um direito universal. Promover educação de qualidade é fundamental. Deve atender a toda a população, gerar empreendedorismo e valorizar o mérito, oferecendo condições de vida digna para todos. Este documento referenda os compromissos do Movimento Todos pela Educação:

- todas as crianças e jovens, de 4 a 17 anos, devem estar na escola;
- todos os alunos devem concluir os ciclos do ensino fundamental e médio;
- todas as crianças, aos 8 anos de idade, devem saber ler e escrever;
- todos os alunos devem aprender, pelo menos, o mínimo adequado a cada ciclo;
- a educação deve ter a garantia dos recursos necessários para cumprir as metas de acesso, permanência e sucesso escolar.

■ Saúde Pública

Prover atendimento médico-dentário-hospitalar de qualidade à população e ampliar as ações de educação na saúde, sobretudo aos mais carentes, deve ser preocupação maior do Estado. O sistema público atual, com poucas exceções, oferece serviços de baixa qualidade. É tarefa inadiável promover o saneamento e modernização do Sistema Único de Saúde – SUS e ampliar sua abrangência com apoio dos hospitais filantrópicos e privados.

■ Sociedade da Informação

Assegurar amplo acesso à informação tornou-se uma questão chave do mundo moderno. Aprimorar a eficiência e velocidade da geração e circulação do conhecimento deve ser o objetivo comum da sociedade.

3.4 Infraestrutura

■ Custo Brasil

Enfrentar os custos decorrentes de uma infraestrutura precária é um dos problemas da produção brasileira em geral e fator relevante de perda de competitividade, aumento de riscos e de sofrimento das pessoas.

■ Participação do Setor Privado - Marcos Regulatórios

Estabelecer regras claras, com visão de longo prazo e respeito aos contratos, contribui para atrair o interesse do investimento privado em portos, conservação e ampliação das malhas rodoviária e ferroviária, além da ampliação da oferta de energia e telecomunicações. Nestas áreas os investimentos privados têm, ou podem ter, um importante papel na oferta de serviços de qualidade.

■ Rodovias

Recuperar, em regime de urgência, a malha rodoviária existente e promover sua readequação e ampliação são medidas inadiáveis. Este modal escoia boa parte da produção nacional. Está em más condições de uso e atende precariamente às necessidades atuais do País. A associação entre os setores público e privado constitui alternativa para as necessidades do desenvolvimento nacional.

■ Ferrovias

Marcos regulatórios adequados são necessários para a promoção de inadiáveis aumentos na capacidade de transporte de carga e de passageiros do sistema ferroviário.

■ Portos

Aprimorar a eficiência das administrações portuárias, profissionalizando e despolitizando seus sistemas de gestão, contribuirá para a melhoria da competitividade em relação aos portos mundiais. Indispensável também ampliar investimentos para aumento da capacidade de movimentação de carga.

■ Energia

Retomar investimentos maciços para aproveitar as condições naturais propícias relativas à energia hidroelétrica e biorrenovável deve ser meta brasileira. Incentivo ao investimento privado no setor é essencial pois o setor público não tem dado respostas à altura das necessidades do País. A alta incidência de impostos e encargos, reduzindo a competitividade da energia brasileira, e os entraves no processo de licenciamento ambiental são os principais problemas a serem removidos.

3.4 Infraestrutura

■ Saneamento Básico

Assegurar acesso ao saneamento, respeitando o meio ambiente, significa atender a uma necessidade básica da população e promover economia de recursos escassos. Para cada unidade de valor investido em saneamento, o País economiza três unidades de valor em saúde.

■ Agências Reguladoras

Despolitizar e fortalecer as agências reguladoras é condição básica para tornar o processo regulatório mais técnico, permitindo que o ambiente seja mais favorável ao investimento privado.



3.5 Governança Pública

■ Reforma Política e Eleitoral

Propiciar o fortalecimento das instituições e a predominância de políticos compromissados com os interesses maiores do País é o que se espera de uma reforma política e eleitoral. A legislação eleitoral permissiva, com poucos controles efetivos, sem mecanismos eficazes de fidelidade partidária, financiamento e atenção aos entes federativos, favorece o fisiologismo e a corrupção.

■ Reforma Trabalhista/Sindical

Modernizar a legislação trabalhista e sindical é exigência de um mundo em aceleradas transformações. A legislação atual mostra-se cada vez mais inadequada para reger relações que requerem flexibilidade, agilidade e representatividade. Sem promover tais mudanças, o País perderá competitividade e, em consequência, empregos e renda.

■ Emprego e Informalidade

Incorporar o cidadão à formalidade é questão de cidadania. Na informalidade, as pessoas têm menos oportunidades para transformar seus bens em instrumentos de seu desenvolvimento, com prejuízo da produtividade e do crescimento. É indispensável implementar medidas para redução da informalidade, e propiciar a criação de empregos de maior qualidade. Com maior incorporação de indivíduos e empresas ao mercado formal haverá ativação da economia, além de aumento na arrecadação de impostos e contribuições previdenciárias.

■ Reforma Judicial

Agilizar as decisões e democratizar o acesso à justiça é próprio de um Estado moderno, capaz de assegurar os direitos dos seus cidadãos. Se a Justiça tarda, o resultado é a injustiça e a quebra de contratos.

3.5 Governança Pública (cont)

■ **Desburocratização**

Desburocratizar a vida do cidadão e das empresas é tarefa urgente. Cada vez mais os cidadãos e as empresas estão presos a uma rede de documentos, demandas e papéis que dificultam o cotidiano e reduzem a produtividade. A valorização do empreendedorismo depende de menores exigências administrativas, de modo que cada um possa dar o máximo de si ao negócio não despendendo tempo e recursos com formalidades burocráticas sem sentido.

■ **Transparência**

Conhecer amplamente as ações e gastos do Estado é exigência da cidadania. Deve-se ampliar o acesso às contas públicas, de forma a aprimorar o controle dos gastos estatais nas três esferas do Executivo, no Legislativo e Judiciário. A transparência inibe a corrupção e aumenta a qualidade dos gastos. A tecnologia digital oferece meios que deveriam ser melhor utilizados com esse objetivo.



3.6 Reforma Fiscal e da Previdência

■ Revisão de Paradigma

Reduzir a carga tributária como um todo, e particularmente sobre exportações e investimentos produtivos, aumenta a competitividade das empresas, contribui para redução dos custos e preços e incentiva o crescimento. Nenhum governo brasileiro, nos últimos anos, adotou políticas explicitamente voltadas à redução da carga tributária global, que aumentou de 24.9% do PIB em 1991 para 34.9% em 2009. Há necessidade de mudança de paradigma no que se refere ao tamanho e funções do Estado.

■ A Reforma da Previdência

Reformar a Previdência Social é necessidade inadiável pois seu custeio onera os cofres públicos e drena recursos dos contribuintes que poderiam ter melhor destinação social e econômica. Os benefícios previdenciários subiram de 3.4% do PIB em 1991 para 7.1% em 2009. Há grande disparidade entre os benefícios concedidos e a capacidade contributiva da sociedade. A reforma da previdência deveria contemplar três grandes eixos: a) custeio – os benefícios devem ser proporcionais às contribuições, com a eliminação de privilégios; b) gestão – os problemas relativos à ineficiência e corrupção devem ser eliminados; c) modelo – a capitalização do sistema deve ter a participação do setor privado.

■ Reforma Tributária e Fiscal

Buscar a redução e simplificação dos impostos, para facilitar a vida das empresas e dos cidadãos e eliminar as distorções que afetam a competitividade, são objetivos prioritários da reforma tributária. É também necessária a revisão dos mecanismos de geração de despesas e das competências entre os entes federados quanto às responsabilidades de dispêndios e de tributação.



RESPEITO ÀS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Os que assinam este documento na condição de membros da sociedade reafirmam seu papel de corresponsáveis pelos rumos do país, com pleno respeito às instituições democráticas e à responsabilidade constitucional do Estado em prol do desenvolvimento sócioeconômico do Brasil.

Organizações participantes

Confederações

CACB - Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNC - Confederação Nacional do Comércio

CNF - Confederação Nacional das Instituições Financeiras

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNT - Confederação Nacional do Transporte

CNSeg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

Federações

FEBRABAN - Federação Brasileira das Associações de Bancos

FEDERASUL - Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul

FENABRAVE - Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores

FENASEG - Federação Nac. das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização

FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Pelo crescimento econômico



e desenvolvimento social

Outras organizações

ABAL - Associação Brasileira do Alumínio

ABBI - Associação Brasileira de Bancos Internacionais

ABDIB - Associação Brasileira Para o Desenvolvimento das Indústrias de Base

ABEL - Associação Brasileira das Empresas de Leasing

ABIA - Associação Brasileira da Indústria de Alimentação

ABIFA - Associação Brasileira de Fundação

ABIGRAF - Associação Brasileira das Indústrias Gráficas

ABIMAQ - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

ABITAM - Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal

ABRABE - Associação Brasileira de Bebidas

ABRAFE - Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico

ABTP - Associação Brasileira de Terminais Portuários

ACMinas - Associação Comercial de Minas Gerais

ACRJ - Associação Comercial do Rio de Janeiro

ACSP - Associação Comercial de São Paulo

AEB - Associação de Comércio Exterior do Brasil

AMCHAM/RJ - Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro

AMCHAM/SP - Câmara Americana de Comércio de São Paulo

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

ANUT - Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga

BRACELPA - Associação Brasileira de Celulose e Papel

CBF/SINDIFORJA - Centro Brasileiro de Forjarias

CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

GIE - Grupo de Investidores Estrangeiros

GRUPO GERDAU

GRUPO VOTORANTIM

IABR - Instituto Aço Brasil

IBEF - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças

IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração

IEDI - Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento Industrial

ODEBRECHT S.A.

SECOVI - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Adm. de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo

SICETEL - Sindicato Nacional da Indústria de Trefilação e Laminação de Metais Ferrosos

SIMPI - Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo

SINDAG - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola

Sindicato Nacional da Indústria de Forjaria

SINDICOM - Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de

Combustíveis e de Lubrificantes

SINDIPEÇAS - Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores

SIPLA - Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos de Limpeza

SRB - Sociedade Rural Brasileira

ASSINE E PARTICIPE!

Manifeste seu apoio a esta Agenda de Princípios para o Brasil, inscrevendo-a no site www.agendaprincipiosbrasil.org.br. Sua manifestação constitui importante contribuição à divulgação e debate dos princípios e prioridades indispensáveis ao desenvolvimento nacional.



Agenda de Princípios para o Brasil

www.acaoempresarial.com.br

Endereço: SCS Q. 4 – Bloco A – Ed. Brasal II – 5º andar – CEP 70300-500
Brasília – DF – Brasil – Telefone: (61) 3533-2100 – Fax: (61) 3533-2122
E-mail: contato@agendaprincipiosbrasil.org.br

Twitter: <http://twitter.com/acaoempresarial>

Esta Agenda foi lançada em 2006.
A presente edição foi atualizada
em junho/2010.

www.agendaprincipiosbrasil.org.br